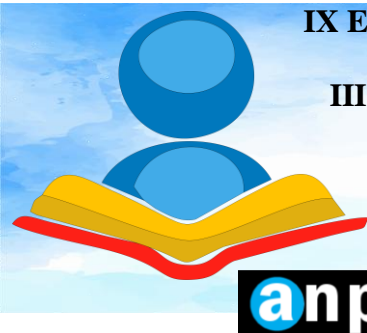


**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



**anpae**



**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEDU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**A EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO: O surgimento de um ensino secundário dual e elitista<sup>1</sup>**

**Simone da Costa Silva<sup>2</sup>  
Elione Maria Nogueira Diógenes<sup>3</sup>  
Deyvid Braga Ferreira<sup>4</sup>**

## **RESUMO**

Apesar de ter passado alguns séculos da institucionalização do modelo de educação formal no Brasil, o ensino médio ainda não se tornou uma etapa acessível a todos jovens, sendo marcado por condições desiguais de oferta para os sujeitos oriundos dos diferentes estratos sociais. Com base nisso, esse artigo parte do objetivo de analisar o surgimento do modelo dual e elitista que emergiu nos primeiros momentos do período colonial brasileiro, a fim de compreender as bases históricas de tais configurações. Para tanto, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico com base em autores como: Saviani (2007); Filho (2001), Ribeiro (2007), entre outros. Com efeito, conclui-se que o ensino médio brasileiro tem suas origens no Brasil Colônia a partir de um paradigma excludente, baseado no dualismo e elitismo, cujo padrão tem apresentado repercussões no estabelecimento dessa etapa de ensino na sociedade vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação brasileira- Período colonial- Ensino secundário.

## **1 INTRODUÇÃO**

O início da colonização do solo brasileiro está intimamente atrelado à chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500. Nesse período, a Europa Ocidental encontrava-se sob a influência de ideias renascentista, que fornecem as bases epistemológicas para o empreendimento das grandes navegações e para o apogeu da Reforma protestante.

Com isso, a Europa ocidental nesse período é marcada por acontecimentos como a consolidação do modelo econômico mercantilista (primeira fase do capitalismo) e, por conseguinte, pelo enfraquecimento da nobreza e ascensão burguesa comercial.

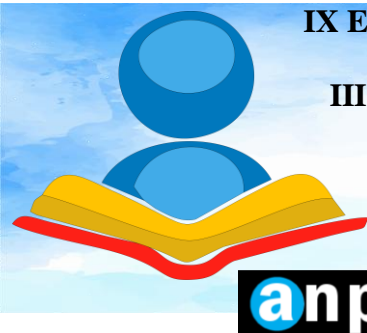
<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL)

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: simonecostaufal@gmail.com.

<sup>3</sup> Professora doutora da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: elionend@uol.com.br

<sup>4</sup> Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT/AL). E-mail: deyvibrafe@bol.com.br

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



**anpae**



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



A partir da necessidade de expansão das rotas comerciais, as navegações surgem em busca de lugares onde o comércio não tivesse concorrência. Nesse contexto, os comerciantes portugueses destacam-se como pioneiros no que diz respeito à expansão naval.

Sob esse prisma, as navegações portuguesas apontam no solo brasileiro com o objeto precípuo de obtenção de lucro, mediante o monopólio do comércio, e assim, ocupam o Brasil na condição de colônia de Portugal.

Diante do pressuposto basilar do sistema de colonização estabelecido pela política econômica mercantilista, “a primeira preocupação dos estados colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial face às demais potências” (NOVAIS, 1968, p.59). Em razão disso, foram instituídas as capitânicas hereditárias, um sistema de administração que consistiu na divisão do território colonial brasileiro entre pessoas, sobretudo, relacionadas à nobreza. Entretanto, esse sistema não obteve êxito, apresentando devido a alguns entraves, como os ataques indígenas.

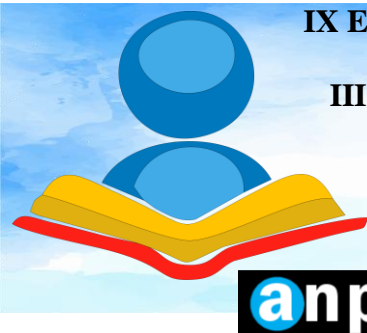
Ribeiro (2007) afirma que diante das dificuldades apresentadas pelo modelo de capitânicas hereditárias, é criado um governo geral que tinha por finalidade consolidar essas capitânicas, garantindo o povoamento das novas terras sob os comandos do poder central da metrópole portuguesa.

O primeiro governador geral Tomé de Souza chega ao Brasil em 1549 e juntamente com ele uma comissão de padres, liderados por Manuel de Nóbrega, e irmãos pertencentes à Companhia de Jesus (jesuítas), cuja ordem religiosa é fundada em 1534, por Inácio de Loyola, com o intuito de “formar bons soldados da igreja de Roma, capazes de combater heresias e rebeldes na Europa e promover a conversão dos pagãos” (FILHO, 2001, p.22). Com esse propósito, o rei Dom João III envia essa comissão, marcando assim, o início da escolarização oficial no Brasil.

Matos (1958), ao estudar a história da educação, partindo do período colonial, a divide em seis períodos, a saber: Heroico (1549 a 1570); De organização e consolidação (1570 a 1759); Pombalino (1759 a 1827); Monárquico (1827 a 1889); Republicano (1889 a 1930); Contemporâneo (a partir de 1930).

Portanto, essa divisão proposta por Matos (1958) será à base de classificação temporal para a análise bibliográfica acerca da educação brasileira, sobretudo, do ensino médio,

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



**anpae**



**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEDU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

desenvolvida por esse estudo. Assim, esse artigo que é um recorte da tese de doutorado, parte do objetivo de analisar o surgimento do modelo dual e elitista que emergiu nos primeiros momentos do período colonial e que perdura no ensino secundário brasileiro. Para tanto, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de cunho bibliográfico com base em autores como: Saviani (2007); Filho (2001), Ribeiro (2007), entre outros.

## **2 AS BASES HISTÓRICAS DO MODELO DUAL E ELITISTA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

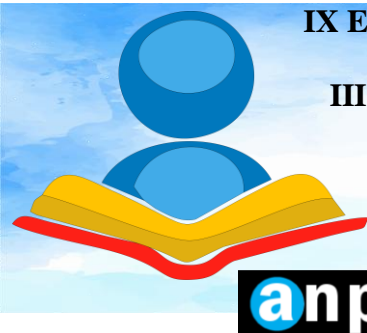
O primeiro momento, de escolarização no Brasil é denominado de heroico em virtude da escassez de recursos com que contava a missão jesuítica para empreender a instrução no solo brasileiro, visto que “o trabalho heroico servia de pretexto para a colonização portuguesa, era na verdade uma maneira de implantar o efetivo povoamento e manter subjugadas outras pessoas não pertencentes à elite branca” (FILHO, 2001, p.25).

Com base nisso, essa fase inicial foi caracterizada pela simbiose entre educação e catequização, uma vez que “em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua força ideia” (SAVIANI, 2007, p.29), pois “homens tementes a Deus não provocariam revoltas e aceitava seus destinos para um dia gozar da eternidade cristã” (FILHO, 2001, p.25).

Ribeiro (2007) elucida que a educação nesse momento está intimamente relacionada à política de colonização dos portugueses, tendo em vista que somente por meio da instrução focada na aculturação dos povos nativos os portugueses consolidariam o processo de colonização.

Conforme os regimentos de Dom João em 1548 a educação nesse período esteve centrada na “conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução”. Com isso, a proposta de ensino elaborada por Nóbrega atendia a um público diversificado, desde aos indígenas aos filhos dos colonizadores brancos, que conforme Saviani (2000, p.15) essa se constituiu “a mais bela e democrática iniciativa educacional que já houve por estas terras”.

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGECIM  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



No primeiro ciclo era proposto, inicialmente, o estudo da língua portuguesa, incluindo a leitura e a escrita, cálculo, ensino da doutrina cristã católica e, a depender das aptidões naturais, os alunos teriam aula de canto orfeônico e instrumentos musicais.

Além desses saberes, conforme Matos (1958), apesar não estar explícito inicialmente no plano de ensino de Nóbrega, o ensino profissional era destinado, prioritariamente, aos indígenas a fim de preparar a mão de obra tão necessária a consolidação do processo de colonização do Brasil.

Após o primeiro ciclo, era feita a cisão entre aqueles finalizariam seu ciclo de estudo nessa etapa e aqueles que dariam continuidade, tendo acesso à gramática latina equivalente ao ensino colegial.

Assim, a missão jesuítica, que consistiu na “sujeição dos gentios, sua convenção à religião católica e sua conformação disciplinar, moral e intelectual a nova situação” (SAVIANI, 2007, p.44), estava limitada somente a aculturação, por isso quando esse objetivo era alcançado à continuidade dos estudos torna-se desnecessária. A partir desse entendimento:

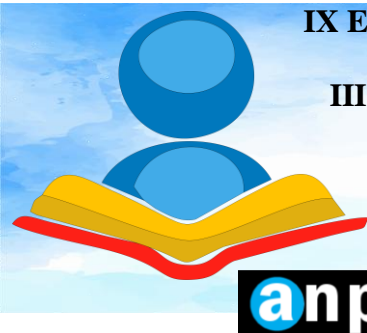
Os jesuítas não se preocuparam com a conversão dos negros ao catolicismo e **aos poucos a catequese dos gentios ficou em segundo plano**; a preocupação, depois de algumas décadas, passou a ser com a formação dos novos quadros da ordem. Foram criados os seminários que, também, assumiram a educação da elite branca latifundiária e de funcionário do governo. Os estudos programados, agora, passaram a ser propedêuticos, isto é, visavam à preparação dos filhos dos colonos brancos para os estudos complementares na Europa (FILHO, 2001, p.26, grifos nossos).

É nesse contexto, que surge o modelo dual de ensino brasileiro, uma vez que somente a elite branca teria acesso aos níveis mais elevados de ensino, cabendo aos demais, no máximo, o ensino profissional, marcando assim o segundo período da educação da história colonial brasileira.

Nesse período, mediante a precariedade de recursos com a qual contava a Companhia de Jesus e a relevância de suas atividades para a colonização, é instituído um importante instrumento de financiamento da educação brasileira a redízima, que determinava a



IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

destinação de dez por cento dos impostos

arrecadados pela coroa portuguesa para o investimento na manutenção dos colégios jesuíticos.

Consoante Engelmann (2016, p.22) a redizima, “juntamente com a elaboração de uma série de medidas que foram implantadas no ensino e que compunham o documento denominado *Ratio Studiorum*, caracterizam uma segunda fase” da escolarização no período colonial.

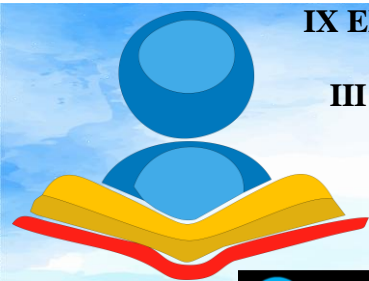
Entretanto, Saviani (2000, p153) adverte que não era interesse da aristocracia que esses recursos fossem destinados à educação de meninos de rua e filhos de indígenas, com isso, dentro dessa nova proposta as escolas estariam reservada unicamente a educação das elites, evidenciando “as linhas divisórias das etnias e das classes sociais, gerando essa pernicioso mentalidade que até hoje subsiste entre nós de considerara educação de grau médio e superior como privilégio das classes” (SAVIANI, 2000, p.153).

Nessa segunda fase da história colonial, a educação esteve pautada em uma diretriz denominada *Ratio stodiorum*, plano de estudos instituído a fim de regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos, constituído a partir de 837 regras, posteriormente, sendo reduzida a 467 normas, que orientavam desde a administração à configuração curricular. Segundo Saviani o plano contido nesse documento era de caráter universalista e elitista, “universal porque foi adotado por todos os jesuítas e elitista porque converteu-se em instrumento de formação da elite colonial”. (SAVIANI, 2007, p.56).

A primeira norma desse documento, ao tratar da organização do ensino, expõe como o objetivo precípua da companhia de Jesus “ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor”, para isso deveriam primar “pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios” (*RATIO STODIORUM*, 1599).

Em razão disso, a formação da elite colonial esteve embasada no modelo religioso católico, mesmo que esses sujeitos não tivesse o intuito de seguir carreira sacerdotal. Assim, nesse período os valores que perpassaram o ensino estiveram assentados na busca pela consolidação dos valores cristãos e, em virtude disso, deveria haver: “Zelo pela piedade e pelos bons costumes, Finalmente, persuade-se o Provincial que, de modo muito particular, é responsável,

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**

**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEDU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

pelas prescrições relativas à piedade, à disciplina dos

costumes, ao ensino da doutrina cristã” [...]. (*RATIO STODIORUM*, 1599, regra número 7).

O ensino regrado pelo *Ratio* configurou-se a partir do método tradicional de ensino, baseado na centralização do professor, na preleção e repetição de conteúdo, em que no fim do ano deveria “organizar-se a repetição de todas as lições passadas” (*RATIO STODIORUM*, 1599), impondo castigos físicos para aqueles que não se enquadrassem ao modelo de ensino proposto.

Ribeiro (1978, p.25) observa que as orientações contidas no *Ratio Studiorum*, que era principal diretriz de estudos da companhia de Jesus, “concentra sua programação nos elementos da cultura europeia. Evidencia dessa forma, um desinteresse ou a constatação da impossibilidade de “instruir” o índio”, haja vista que tais conteúdos possuíam um caráter propedêutico para aqueles iriam cursar o nível superior. Além disso, é possível analisar que a inclusão do índio nessa nova proposta não era conveniente do ponto de vista econômico, uma vez que esses saberes europeus não converteria o indígena ao ponto de cederem sua mão de obra.

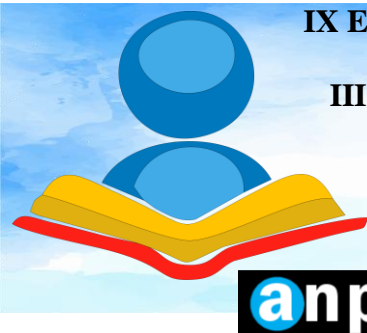
Mediante a isso, nesse segundo período, a educação jesuítica esteve centrada na instrução que fora ofertada nos colégios, destinada a elite, conforme Luzuriaga (1985), a jovens da burguesia e futuros dirigentes da sociedade que assumiriam lugares estratégicos na administração pública. Por essa razão “a atuação jesuítica no campo da instrução focou quase que exclusivamente o ensino secundário” (LUZURIAGA, 1985, p.50).

Com efeito, nesse momento, ao indígena estaria reservada, unicamente, a catequização, a instrução que possibilitava o acesso aos níveis mais elevados de ensino estaria reservada a elite, tendo em vista que “a forma como o ensino estava estruturado já denotava uma nítida divisão na oferta e no acesso aos colégios”, nesse período surge o modelo dual e elitista de educação no Brasil (ENGELMANN, 2016, p.24).

Essa divisão pode ser facilmente constatada na organização da oferta curricular proposta pelo *Ratio Studiorum*, uma vez que nesse plano de estudo é retirado o primeiro ciclo de estudo, cujo modelo era acessível, constituído pelo ensino profissional, o aprendizado de música e de práticas agrícola, substituindo-se por uma proposta estruturada da seguinte forma:

**I- Currículo Humanista (corresponde hoje ao ensino médio)** – Estudos de duração de 5 anos, mas na prática durava 6 e 7 anos. Assim, os cursos inferiores, correspondente ao

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**



**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEDU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

médio, resumir-se-iam as seguintes áreas:

retórica, humanidades gramática inferior, média e superior, excluído os estudos do ABC, equivalente ao primário.

**II- Currículo Filosófico (duração de 3 anos)** – Obrigatório aos seguintes estudos:

1º ano – Lógica e Introdução às Ciências

2º ano – Psicologia, Física e Matemática

3º ano – Psicologia, Metafísica e Filosofia Moral

**III -Currículo Teológico (duração de 4 anos)** – Objetivo: formação dos alunos na carreira religiosa na Ordem (Companhia de Jesus).

O Programa de estudo apresentado pelo *Ratio Studiorum* evidencia o fato de que atuação jesuítica esteve direcionada ao ensino secundário e, por isso, sua atuação no ensino primário não foi tão expressiva.

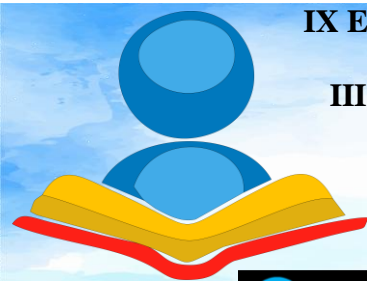
Ainda com relação à estrutura, Ribeiro aponta (1978) que a formação intelectual ofertada nos colégios “é marcada por uma intensa rigidez” (p.27), pois até mesmo para a que os alunos progredissem de uma etapa para outra deveria ser submetido a uma série de exames com alto grau de dificuldade, cujo pressuposto partia de ideias inatistas de vocação, aptidão, talento, entre outras, isso é evidenciado nas normas expostas pelo plano de ensino:

[...] nenhum dos nossos, pelo menos, deverá ser enviado à filosofia antes de haver estudados dois anos de retórica, **a menos que não se julgue em o Senhor que a idade, as aptidões ou outro motivo a isto se oponham**. Mas, se alguns forem **dotados de aptidões naturais para grandes progressos nesses estudos, poder-se-á examinar se, afim de se lançarem mais sólidos fundamentos**, não convenha conserva-los na retórica por três anos. (RATIO STODURIOM, 1599, REGRA 18, grifos nossos).

Tal proposta apresenta algumas convergências com o modelo de ensino médio hodierno que parte do discurso de vocação, baseado nas aptidões naturais para justificar uma oferta desigual para estudante.

Com efeito, como se pode notar, a justificação do insucesso ou da não progressão aos níveis mais elevados de ensino, dentro de um ensino dual e elitista, recorrendo-se a categorias inatistas como: dom, aptidão, entre outras, é um mecanismo utilizado desde o Brasil Colônia.

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)  
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS  
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS  
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



**anpae**



**PPGE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CEU - UFAL



**PPGECIM**  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que o modelo implementado no período colonial brasileiro, sobretudo, no que se refere ao ensino médio, esteve centrado na formação da elite, o que marcará **profundamente sua identidade e sua função**. Afinal, **um projeto de ensino pensado e realizado para a formação das elites** não se abrirá às classes populares nos mesmos moldes (BORBA, 2011, p.52, grifos nossos).

Verifica-se que o desdobramento desse modelo forjou a configuração de um modelo, dual, elitista e excludente, privilegiando, a elite branca. Ainda assim, a proposta dessa companhia foi considerada inadequada aos interesses daquele contexto, sobretudo, o de modernização da colônia, tudo isso culminou com a expulsão dos jesuítas, dando início a uma etapa da história da educação brasileira: a fase pombalina.

### REFERÊNCIAS

BORBA, Herica Angela. **Políticas Nacionais para o Ensino Médio no Brasil (1996/2009): avanços e retrocessos na luta pelo direito a educação na era da cidadania**. Pontifícia Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

ENGELMANN, Derli Adriano. **Dos (des)caminhos percorridos pelo ensino médio ao programa ensino médio inovador – ProEMI – proposto pelo MEC**. Universidade do Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2016.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Trad. Luiz Damasco Penna; J. B. Damasco Penna. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1969

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil - o período heroico (1549 a 1570)**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1958.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. **In: FARIA FILHO**. Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 79-94.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira. A organização escolar**. 20.ed. – Campinas, SP: autores associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.